



## **ANEXO xx - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS N. º XX/2025**

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, inscrito no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com sede nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, Centro, CEP n.º 90.010-210, por seu representante legal, o Diretor-Geral, como CONTRATANTE, e XXX XXXXXXXXXXXX XX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com sede em XXXXX/XX, na XXX XXXXXXX XXXX, n.º XXX, bairro XXXXXXX XXXX, CEP n.º XX.XXX-XXX, telefone (XX) XXXX XXXX, e-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxx.xx.xx, por seu representante, xxxxxx (nome), xxxx (função), conforme xxxx (ato constitutivo da empresa ou procuração juntada aos autos), como CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS, decorrente do Pregão Eletrônico xx/2025, Procedimento nº 00589.000.379/2025, regendo-se pela Lei 14.133 /2021, pelas Leis Estaduais n.º 13.706/2011 e n.º 15.228/2018, pelos Provimentos PGJ /RS n.ºs 03, 05, 06, 07, 08 e 104/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelo Termo de Referência e proposta apresentada pela CONTRATADA, os quais são parte integrante deste Instrumento, nos seguintes termos e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de rastreamento, monitoramento e telemetria, via satélite, para veículos pertencentes à frota do CONTRATANTE e os que vierem a pertencer, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, em consonância com os termos do Anexo I do Edital, conforme descrição e quantidades abaixo especificadas:

--	--	--



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA
1	Contratação de serviços de telemetria, rastreamento e monitoramento 24 horas, em tempo real de veículos da frota do Ministério Público do Rio Grande do Sul, em mapas digitais e imagem de satélite, por meio de sistemas via satélite por GPS ou similar e transmissão de dados com equipamentos com tecnologia 4G ou superior, incluindo o fornecimento de equipamentos, componentes, licença de uso de <i>software</i> , os respectivos serviços de instalação, configuração, remanejamento, treinamento, suporte técnico, emissão de relatórios, conforme descrito neste documento e serviços técnicos associados e equipamentos de rastreamentos automotivos (módulos) em regime de comodato.	166

1.2 A quantidade inicial prevista para o início da execução contratual é de 136 veículos. Existe, contudo, a possibilidade de incremento de até 30 veículos adicionais ao longo da vigência do contrato, totalizando uma estimativa de até 166 veículos. Ressalta-se que essa quantidade estimada não constitui compromisso vinculativo por parte do CONTRATANTE.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações e características dos serviços encontram-se descritas no item 4 do Termo de Referência.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor total estimado do presente contrato é de R\$ XXX (XXXXXXXX), sendo:

Item	Descrição	U. M.	QTDE.	Valor unitário estimado	Valor Total estimado
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreio, monitoramento e telemetria de veículos por gps/gsm /gprs. (até 166 veículos)	UN	1.992	R\$	R\$



3.1.1 Os valores indicados são meramente estimativos, sendo o contrato regido e pago de acordo com o serviço efetivamente prestado.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive lucro, tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramental, frete, seguro, instalação, se for o caso, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

4.1 A contratação possui garantia, nos termos do artigo 96 da Lei 14.133/2021, no valor correspondente a 5% do valor contratual.

4.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato.

4.3. A apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

4.5. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



4.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

4.7.1 A imposição da garantia visa a mitigar os riscos associados a contratação, em especial:

a) **Criticidade e Continuidade do Serviço:** A interrupção ou falha na prestação dos serviços de monitoramento 24 horas pode comprometer gravemente a segurança dos veículos, a rastreabilidade em caso de sinistros e a capacidade de gestão da frota, gerando prejuízos significativos e impactando as atividades finalísticas do Ministério Público.

b) **Proteção de Ativos em Comodato:** O objeto contratual inclui o fornecimento de equipamentos de rastreamento automotivos (módulos) em regime de



comodato, o que implica a responsabilidade da CONTRATADA pela integridade, manutenção e eventual substituição desses bens. A garantia assegura a recomposição de eventuais danos ou perdas desses ativos.

c) **Natureza Complexa e Contínua do Objeto:** Os serviços envolvem múltiplas etapas e responsabilidades contínuas, como instalação, configuração, remanejamento, suporte técnico, treinamento e emissão de relatórios. A garantia serve como um instrumento de proteção contra a má execução de qualquer uma dessas etapas ou a interrupção do serviço.

d) **Cobertura de Prejuízos e Penalidades:** A garantia assegura que o CONTRATANTE terá um instrumento para cobrir multas, indenizações e outros prejuízos advindos do não cumprimento do objeto ou de outras obrigações contratuais, incluindo as de natureza trabalhista e previdenciária, conforme previsto na Lei.

e) A exigência da garantia, portanto, constitui uma medida prudencial e necessária de gestão de riscos, que visa a assegurar a máxima proteção do interesse público na execução de um contrato de alta relevância para a Instituição.

4.8 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do CONTRATANTE, em conta específica, com correção monetária.

4.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.



4.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 1(um) mês, contados da data em que for notificada.

4.12 O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.13 O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

4.14 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, após o cumprimento de todas as cláusulas do contrato.

4.16 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.



4.17 A CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO**

5.1 Serão emitidas, ao longo da execução do contrato, Ordens de serviço e enviadas à CONTRATADA, a fim de determinar o início do prazo de entrega de cada demanda, bem como outras informações pertinentes ao objeto.

5.2 Os serviços de instalação dos equipamentos, incluindo a disponibilização do sistema web em operação e o treinamento, serão prestados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço.

5.2.1 A quantidade inicial prevista para o início da execução contratual é de 136 veículos. Existe, contudo, a possibilidade de incremento de até 30 veículos adicionais ao longo da vigência do contrato, totalizando uma estimativa de até 166 veículos. Ressalta-se que essa quantidade estimada não constitui compromisso vinculativo por parte do CONTRATANTE.

5.2.2 A prestação efetiva do serviço de rastreamento, monitoramento e telemetria para a frota inicial de 136 veículos terá como marco de início a data de disponibilização completa do sistema em operação para uso pelo CONTRATANTE, conforme o prazo estabelecido no item 5.2. A partir desta data, iniciam-se as obrigações de prestação continua do serviço por parte da CONTRATADA, servindo como base para os marcos de ateste, emissão de nota fiscal e início dos pagamentos.

5.3 Os serviços de instalação serão prestados no Ministério Público, na Rua Santana, n.º 440, Bairro Farroupilha, em Porto Alegre/RS, após agendamento prévio de horário com a Unidade de Transportes pelo e-mail: *transporte@mprs.mp.br*.



5.3.1 Os serviços de instalação poderão ocorrer em mais de um dia, dentro do prazo previsto no item 5.2, a depender da disponibilidade dos veículos no endereço descrito no item acima.

5.4 Não serão aceitos serviços que não atendam fielmente às especificações técnicas.

5.4.1 Caso não estejam de acordo com o exigido, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de (05) cinco dias, refazer ou providenciar a solução dos problemas detectados, a contar da notificação do CONTRATANTE.

5.5 Serão avaliados resultados, a partir dos critérios estabelecidos no instrumento de medição de resultado (IMR), presente no Anexo B do termo de referência

5.5.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional a irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

a) não cumpriu as métricas dispostas, no indicador 1 do Anexo B do termo de referência - IMR;

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no indicador 2 do Anexo B do termo de referência - IMR.

5.5.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.





5.6 O objeto será recebido da seguinte forma:

5.6.1 O recebimento compreenderá as duas fases: (1) instalação, disponibilização e treinamento; e (2) serviço mensal de rastreamento, monitoramento e telemetria.

5.6.1.1 Quanto à fase 1 (instalação, disponibilização e treinamento), deverá ser observado descrito no item 5.2 da cláusula quinta deste ajuste (subitem 6.3.1 do termo de referência), conforme sintetizado no quadro abaixo:

11

Etapa de Recebimento	Descrição da Etapa	Prazo para Execução (a partir da Ordem de Serviço)	Condição para Recebimento/Início	Observações
Fase 1: Instalação e Disponibilização (Unificada)	Instalação dos equipamentos em 136 veículos.	30 dias corridos (prazo máximo)	Conclusão da instalação dos equipamentos em todos os 136 veículos iniciais (cláusula 6.3.1).	Marco de Início da Prestação do Serviço: A partir do recebimento definitivo desta fase, considera-se iniciado o serviço de monitoramento. Esta data serve como base para ateste, nota fiscal e pagamentos.
	Disponibilização do sistema web em operação para uso da CONTRATANTE.		Disponibilização do sistema web totalmente funcional para acesso e uso pela CONTRATANTE (cláusula 6.3.1).	
	Treinamento dos usuários da CONTRATANTE.		Treinamento realizado conforme termos contratuais (cláusula 6.3.1).	

5.6.1.2 Quanto à fase 2 (serviço mensal de rastreamento, monitoramento e telemetria), haverá o recebimento dos serviços, conforme segue:

a) provisoriamente, na data da entrega dos relatórios previstos no IMR (itens 4.3.61.4.8.1 e 4.3.61.4.8.2 do termo de referência), pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;



b) definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, obedecendo aos critérios do IMR, devendo atentar para:

b.1) analisar toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

b.2) efetuar a medição do valor mensal devido, com base nas documentações, na análise dos relatórios dos fiscais e no IMR, e dar ciência à CONTRATADA, concedendo prazo para a contestação de glosas e descontos;

b.3) comunicar a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado.

5.6.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

5.6.3 A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências (art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133/2021).



5.6.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ajuste, no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.6.6 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.6.7 O recebimento dos veículos adicionais incorporados à frota durante a vigência contratual seguirá os mesmos critérios e procedimentos estabelecidos para a fase 1, conforme previsto no item 5.7.1.1 da cláusula quinta deste ajuste. Quanto ao recebimento da fase 2, seguirá o disposto no item 5.7.1.2 da cláusula quinta deste ajuste.

5.7 O recebimento provisório e definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

É vedada a subcontratação.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL**



7.1 A garantia contratual do serviço, complementar à estabelecida pela Lei 8.078 /90 – Código de Defesa do Consumidor, compreende falhas de funcionamento ou instalação, durante todo período da vigência do contrato.

7.2 O prazo de atendimento e a solução dos problemas é de (03) três dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, que poderá ser efetuado no próprio sistema da CONTRATADA.

7.2.1 Não havendo qualquer manifestação da CONTRATADA no prazo, o CONTRATANTE providenciará, por outros meios, o conserto e/ou realização do serviço e cobrará o valor da CONTRATADA.

7.3 A garantia será prestada via internet, pelo suporte técnico ou, se necessário, o veículo com o equipamento estará disponível na Rua Santana, 440, bairro Farroupilha, Porto Alegre/RS, mediante agendamento pelo sistema da Contratada ou pelo e-mail: *transporte@mprs.mp.br*.

7.4 A garantia poderá ser acionada pelo sistema da CONTRATADA ou, pelo e-mail *transporte@mprs.mp.br*, para o meio de contato disponibilizado pela CONTRATADA: xxxxxxxxx.

7.5 No período de vigência da garantia, o CONTRATANTE não pode ter ônus, de nenhuma natureza, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer despesa relativa à solução dos problemas verificados na prestação do serviço.

## **CLÁUSULA OITAVA – DO DOCUMENTO FISCAL E DO PAGAMENTO**

8.1 O documento fiscal deverá ser apresentado após o recebimento definitivo do serviço.



8.1.1 Somente serão aceitas Notas Fiscais Eletrônicas.

8.1.2 Os documentos fiscais deverão ser encaminhados para o e-mail : [transporte@mprs.mp.br](mailto:transporte@mprs.mp.br), aos cuidados da fiscalização, Unidade de Transporte, na cidade de Porto Alegre/RS, telefone: (51) 3295.2033.

8.1.3. A data da emissão do documento fiscal deve ser posterior à Ordem expedida ou ao recebimento definitivo, se houver.

8.1.4 O documento fiscal deverá destacar os impostos objeto de retenção.

8.1.5 Não serão recebidos/protocolados documentos fiscais no período de 20/12 a 06/01 (período de recesso, se houver) ou em dias em que não houver expediente no órgão.

8.2 Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

8.3 Quando o documento fiscal for de estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul, independente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

8.4 O pagamento dar-se-á no 15º (décimo quinto) dia após a protocolização do documento fiscal.



8.4.1 O pagamento será realizado com base na quantidade efetivamente disponibilizada, considerando o valor unitário por veículo. À medida que novos veículos forem incorporados à frota, o valor do contrato será ajustado proporcionalmente.

8.5 O pagamento será efetuado por meio de depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, contribuições ou outras serão por ela suportadas.

8.6 Sendo o caso de pagamento pro rata die, será adotado o mês comercial (30 dias).

8.7 Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.8 Haverá, se for o caso, a retenção de tributos na forma da legislação em vigor.

8.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o CONTRATANTE reter do valor da fatura a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

8.10 O CONTRATANTE poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

## **CLÁUSULA NONA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**



O valor do presente contrato não pago na data prevista neste ajuste deverá ser atualizado monetariamente entre as datas prevista e efetiva do pagamento, de acordo a variação *pro rata die* do IPCA.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO**

10.1 Os preços serão reajustados na proporção da variação do Índice de Preços ao Consumidor IPCA (ou algum índice específico), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, observado o interregno mínimo de um ano do orçamento estimado, datado de xx/xx/xxxx.

10.1.1 Considera-se data do orçamento estimado, nos termos do Provimento 104 /2023-PGJ, a data da validação do Mapa de Preços pela área solicitante, ainda na fase preparatória, ou pelo agente de contratação, na fase de seleção do fornecedor.

10.2 O reajuste incide apenas sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 O reajuste, ou sua negociação, serão processados por apostilamento.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**



11.1 Constitui direito do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e da CONTRATADA receber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

11.2 Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) acompanhar e exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) receber o objeto e efetuar o pagamento ajustado, nas condições e nos prazos estabelecidos, desde que devidamente cumpridas as obrigações da CONTRATADA;

b) fornecer à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) fiscalizar a execução do presente contrato;

d) notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto, bem como a providência e o prazo para a reparação;

e) abrir procedimento de penalidade para apurar eventuais irregularidades e, no início do procedimento, notificar a emitente das garantias;

f) emitir manifestação e/ou decisão acerca de todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de 1 (um) mês, podendo ser justificada sua prorrogação por igual período, inclusive no que se refere a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, protelatórios ou contrários à boa execução do contrato.

11.3 Constituem obrigações da CONTRATADA:





a) entregar o objeto da contratação na forma ajustada e de acordo com as especificações do Termo de Referência;

b) manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comunicando imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer alteração que venha a ocorrer em relação a essas exigências;

c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução do ajuste;

d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor pertinente ao objeto e às obrigações assumidas, bem como encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) permitir a fiscalização pelo CONTRATANTE e atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal, gestor do contrato ou autoridade superior;

f) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

g) não transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados;

h) manter atualizado o contrato social, bem como seus dados, especialmente endereço, telefone e email, durante toda a vigência do ajuste, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração;



i) indicar um preposto, que será a pessoa de referência para atender às demandas do CONTRATANTE;

j) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

k) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

l) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

m) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento da sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

n) não manter, durante toda a execução do contrato, direta ou indiretamente, vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul ou com agente público que desempenhou função na licitação/contratação ou que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, os termos do disposto no artigo 14, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021; e



o) não possuir, durante toda a execução do contrato, no quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação/contratação no âmbito do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 37/2009 (com redação dada pela Resolução CNMP n.º 172/2017).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 124 da Lei 14.133 /2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, mediante a devida motivação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

13.1 O presente contrato entrará em vigor no dia útil seguinte ao da disponibilização do extrato resumido no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e perdurará pelo período de 12 (doze) meses.

13.2 O prazo previsto nesta cláusula poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES**

14.1 Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o CONTRATANTE poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva em desfavor da CONTRATADA, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

14.2 A CONTRATADA, garantida a ampla defesa, ficará sujeita à multa de:



a) 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para instalação e operação dos equipamentos e apresentação das garantias e manuais e do treinamento, limitada a incidência a 5 dias;

b) 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para troca de equipamento danificado, limitada a incidência a 2 (dois) dias;

c) 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato, no caso de atraso injustificado para o início do efetivo monitoramento veicular, limitada a incidência a 10 (dez) dias;

d) 2% (dois por cento), sobre o valor total do contrato, na hipótese de atraso por período superior aos limites estabelecidos nas alíneas "a", "b" ou "c";

14.2.1 Havendo entrega parcial, o valor da multa será aplicado de forma proporcional sobre o saldo restante.

14.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, nos termos dos art. 155 e 156 da Lei 14.133/2021, garantida a ampla defesa:

a) advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

b) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) para inexecução parcial e de até 30% (trinta por cento) para inexecução total, sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades legais;



c) impedimento de licitar e contratar por até 03 (três) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14.4 A multa compensatória dobrará em caso de reincidência, limitada a 30% (trinta por cento), sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

14.5 As penalidades previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório.

14.6 A aplicação de sanções não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao CONTRATANTE.

14.7 O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA, cautelar ou definitivamente, antes do encaminhamento à cobrança judicial.

14.8 O procedimento de penalização realizar-se-á em procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA e seguirá o rito, prazos e disposições da Lei 14.133/2021, Título IV, Capítulo I, bem como do Provimento PGJ nº 104/2023-PGJ.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**



17.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.1.1 A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709/18) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto nas referidas normas com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.1.2 Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá ao CONTRATANTE todas as informações necessárias para comprovar sua conformidade com as obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

17.1.3 A CONTRATADA (operadora) deverá comunicar ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do seu conhecimento, qualquer incidente de segurança com dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, sob pena de aplicação, pela autoridade nacional, de penalidades nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e Resolução ANPD nº 04 /2023.

17.1.3.1 A comunicação deverá ser enviada para o e-mail: *encarregado@mprs.mp.br*, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora da detecção, data e hora do incidente e sua duração;
- b) quais dados pessoais foram violados;



c) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados, bem como o número estimado de titulares de dados pessoais afetados;

d) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados pessoais;

e) os riscos relacionados ao incidente;

f) descrição das medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar possíveis danos.

17.1.4 A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e, também, no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO**

16.1 A extinção do presente contrato poderá se dar por ato unilateral ou consensual, nos termos do artigo 138, inc. I e II, da Lei 14.133/2021.

16.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada e reduzidas a termo no respectivo processo.

16.3 No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.



## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS VEDAÇÕES**

É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob a alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1 A CONTRATADA declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto deste contrato, bem como do seu regime de fornecimento.

18.2 Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA de suas responsabilidades, nem implicará aceitação definitiva do objeto.

18.3 Qualquer tolerância do CONTRATANTE, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

18.4 Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas, por meio de correspondência eletrônica e, se restar infrutífera, por ofício entregue na sede da CONTRATADA ou, subsidiariamente, por meio de publicação da notificação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul para todos os fins contratuais e legais.

18.5 Os dias e prazos previstos no presente contrato somente se iniciam ou se vencem em dias de expediente no órgão.





18.6 Considerando a necessidade de publicidade e transparência dos atos praticados pela Administração Pública, bem como, de outra parte, as restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de dados, o Ministério Público somente exige para a formalização e execução da contratação os documentos e dados minimamente necessários.

18.7 Todos os dados e documentos apresentados e/ou exigidos para a contratação serão disponibilizados integralmente para consulta no site do Ministério Público e, em alguns casos, em Portais Públicos.

18.8 A apresentação de documentos fora daqueles exigidos são de responsabilidade da própria CONTRATADA, porquanto entregues por sua exclusiva liberalidade.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

19.1 A designação do gestor, fiscal e seus substitutos será determinada por meio de termo a ser publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

19.2 As providências e atribuições dos agentes designados seguirão as diretrizes do Provimento nº 05/2023-PGJ.

19.3 Além das atribuições constantes do Provimento 05/2023, o gestor do contrato verificará ao longo da vigência do ajuste, periodicamente (no mínimo anualmente), e sempre que entender necessário, a manutenção das condições de habilitação técnica, fiscal, social e trabalhista, bem como CADIN/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários), CFIL/RS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da



CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários) e CEIS (relativamente a todas as penalidades e sanções, do CNPJ da CONTRATADA e do CPF dos seus sócios majoritários).

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correrão por conta do Órgão xx.xx, Recurso xxxx, Projeto xxxxx, NAD X.X.XX.XX, Rubrica XXXX.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **CLAUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Alegre, neste Estado, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente eletronicamente.